

ATA N.º 08/2013

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA
REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2013.-----

-----Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, nesta Vila da Chamusca, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente Sérgio Morais da Conceição Carrinho, e com as presenças dos Senhores Vereadores, Joaquim José Duarte Garrido, João Manuel Duarte Lourenço e Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, comigo, Cristina Isabel Pires Queimado, Técnica Superior que secretariei, não comparecendo o Senhor Vereador Francisco Manuel Petisca Matias, por se encontrar em reunião em Évora sobre candidaturas ao INALENTEJO, considerando-se justificada a respetiva falta.-----

-----Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram dezassete horas, após o que se deu início à apreciação dos seguintes assuntos:-----

-----**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Previamente distribuído pelo Executivo o texto da ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**SITUAÇÃO FINANCEIRA / RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA – EM 15.02.2013** - TOTAL DISPONÍVEL: 1.006.215,97€; OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 970.135,81€; OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 36.080,16€; DOCUMENTOS: 0,00€.-----

-----**ORDEM DO DIA:** Entrou-se depois na ORDEM DO DIA composta dos seguintes pontos previamente estabelecidos: -----

-----**Documentos para conhecimento**-----

-----**(01) – RESITEJO MAPA DE EXPLORAÇÃO E BALANCETE (31.12.2012):**-----

-----A Câmara tomou conhecimento dos documentos referenciados em epígrafe da RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO, registado no livro respetivo sob o número 1512 em 13.02.2013.-----

-----**(02) - INSTALAÇÃO, GESTÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE COMUNICAÇÃO ELETRÓNICAS DE ALTA VELOCIDADE NA ZONA SUL – INICIO DOS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE ACESSO E DROP NO CONCELHO DE CHAMUSCA:**-----

-----Fax com a ref.^a 77/2013/CV da empresa DSTELECOM – ALENTEJO E ALGARVE, S.A., registado no livro respetivo sob o número 118 em 14.02.2013, dando conhecimento que está previsto o início dos trabalhos de construção da 2.^a fase da rede de fibra óptica (rede de acesso e drop) no Concelho da Chamusca a 19.02.2013.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou satisfação pelo arranque dos trabalhos e irá acompanhar com atenção.-----

-----**(03) – COOPERAÇÃO BILATERAL TÉCNICO-MILITAR ENTRE PORTUGAL E BÉLGICA DE 01 DE MARÇO A 28 DE MARÇO DE 2013:**-----

-----Presente ofício da ESCOLA DE TROPAS PÁRA-QUEDISTAS, subscrito pelo Cor/Inf/Pq Comandante da Escola de Tropas Pára-quedistas registado no livro respetivo sob o número 1687 em 18.02.2013, dando conhecimento da realização no período de 01 de Março de 2013 a 28 de Março de 2013 de uma cooperação bilateral técnico-militar entre Portugal e Bélgica, que contará com a participação de 930 militares Belgas e irá desenrolar-se nos concelhos de Vila Nova da Barquinha, Constância, Chamusca, Torres Novas, Abrantes,

Tomar, Entroncamento, Alcochete e Alter do Chão solicitando assim, que seja “providenciado um aviso às populações seja prestado o necessário auxílio aos militares em operações e informada a Escola de Tropas Pára-quedistas do sucedido.”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou disponibilidade para cooperar com as entidades militares e dar conhecimento à população da ocorrência.-----

-----**(04) - CENTRO DE ENSINO E RECUPERAÇÃO DO ENTRONCAMENTO (CERE): NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS / BIÉNIO 2013-2014:** -----

-----Ofício n.º 40 da Entidade supra referenciada registado no livro respetivo sob o número 1543 de 14.02.2013, dando conhecimento dos novos órgãos sociais da Instituição para o biénio 2013-2014.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou disponibilidade para cooperar nos termos habituais e augurou êxitos e felicitou os corpos sociais. --

-----**(05) – SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO DO PINHEIRO GRANDE (SIRPG) – CORPOS GERENTES PARA 2013:** -----

-----Ofício n.º 40 da Entidade supra referenciada registado no livro respetivo sob o número 1543 de 14.02.2013, dando conhecimento dos novos órgãos sociais da Instituição para o biénio 2013-2014.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou disponibilidade para cooperar nos termos habituais e augurou êxitos e felicitou os corpos sociais. --

-----**(06) – RECURSOS HUMANOS: AJUDAS DE CUSTOS DOS 20KM AOS 50KM E TRABALHO EXTRAORDINÁRIO:**-----

-----Elaboradas pela secção de RECURSOS HUMANOS, foi presente a seguinte documentação: Informação / confirmação relativa à Ajudas de Custo dos 20Km aos 50Km, acompanhado de diversas plantas de áreas do concelho;

Informação relativa á prestação de Trabalho Extraordinário prestados pelos trabalhadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e irá acompanhar o desenvolvimento deste assunto em cumprimento da legislação em vigor, atendendo a situações específicas, nomeadamente o funcionamento adequado da Autarquia e o interesse dos trabalhadores com o interesse dos serviços. -----

-----**Documentos para aprovação**-----

-----**(07) – ECO PARQUE DO RELVÃO / TRANSPORTE DE RESÍDUOS (15.02.2013) – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE:** -----

-----Subscrita pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte Informação: “Fui contactado por telefone pelo Sr. Vereador Dr. Paulo Queimado sobre este assunto que lhe foi comunicado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira Joel Marques, dado que o transporte terá passado por dentro da localidade e terá provocado alarme social, dado o volume da escolta por parte das autoridades policiais, bem como pelos sinais sonoros emitidos pelas sirenes das viaturas policiais. Solicitei ao Dr. Paulo Queimado para que a Junta de Freguesia remetesse informação sobre o sucedido. Solicitei igualmente ao Chefe de Gabinete Dr. João Rodrigues para contactar os CIRVER's e verificar a recepção de alguma carga especial, dado que tendo passado na vila da Chamusca através da EN 118 e tendo-se verificado a existência de várias viaturas com acompanhamento da GNR, não se verificou qualquer anomalia, tanto mais que na EN 118 e na nossa zona, circulam com relativa frequência colunas militares, transporte de armamento, explosivos, entre outras, que se destinam às unidades militares da zona. Logo que contactada a empresa SISAV, que confirmou a carga e a escolta, tal situação foi comunicada ao Dr. Paulo Queimado pelo Chefe de Gabinete. Verificou-se uma situação de alarme

social, pelo número de viaturas e entidades envolvidas no transporte, que não tendo seguido o percurso recomendado e sinalizado através da EN 118 para o transporte de resíduos, entrou no centro da freguesia da Carregueira, quando deveria ter sido utilizada a entrada norte do Eco Parque do Relvão. Esta operação de transporte não era do conhecimento prévio da empresa, nem da Câmara Municipal, nem da Junta de Freguesia. Anexa-se à presente informação documento da SISAV e da Junta de Freguesia da Carregueira sobre este assunto. Assim e tendo em conta a importância deste assunto, considero dever reforçar-se os seguintes procedimentos: 1- Recomendar às empresas que processam resíduos perigosos (ECODEAL e SISAV), que junto dos respetivos operadores, sobretudo aos transportadores, reforcem a necessidade de utilizar o circuito da EN 118 - Chamusca, Carregueira, Arripiado e entrada norte do Eco Parque do Relvão. 2- Contacto com as entidades, nomeadamente a GNR, para que em caso de escolta de veículos com materiais em que tal se verifique necessário, confirmem o procedimento referido no ponto anterior, de modo a evitar situações como a referenciada.”.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade considerar o documento de trabalho tendo os senhores vereadores apresentado sugestão de procedimentos que serão analisados em reunião com diversas entidades envolvidas, tendentes à salvaguarda de pessoas e bens.-----

-----**(08) – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO / FUTURO PLANO ESTRATÉGICO:**-----

-----Presente documento de trabalho descrevendo os projetos em curso na área económica que irão contribuir para o desenvolvimento do concelho, propiciando criação de postos de trabalho, ocupação do território e que

“reforcem a confiança no futuro”, referenciando os investimentos a concretizar nomeadamente no Eco Parque do Relvão / Projetos para 2013 (investimento total previsto de 52,8 M de euros), bem como de outras áreas de atividade económica, novos projetos em acompanhamento (curto/médio prazo) e outros aspetos importantes para o futuro plano estratégico de desenvolvimento (1-Território para pegada ambiental; 2- Investigação e Formação Profissional; 3- Zona de Atividades Económicas da Parreira; 4- Floresta; 5- Agricultura; 6- Comércio e Serviços; 7- Acessibilidades Externas/IC3; 8- Reabilitação Urbana/Chamusca; 9- Novos investimentos, novos empregos), dando igualmente conhecimento do ponto de situação do ordenamento do território e licenciamentos (PDM / Ponto de situação; Licenciamento de unidades; apreciação técnica de processos; acompanhamento; serviços municipais e integração regional).-----

-----Sobre este assunto ocorreu troca de considerações e comentários de todos os elementos do Executivo sobre a importância do documento, tendo sido apresentadas sugestões para a introdução no documento pelos Senhores Vereadores do PS (Preservação do Vale de Ulme/defesa das águas, conforme tomada de posição entregue na reunião de 29.03.2010).-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade: -----

-----**UM)** - Considerar o documento de elevada importância e aberto à introdução de sugestões apresentadas a introduzir sempre que se verifique necessário.-----

-----**DOIS)** – Deverá ser feita a apreciação regular do andamento das acções constantes do documento.-----

-----**TRÊS)** - Remeter este documento para a Assembleia Municipal.-----

-----**(09) - BIBLIOTECA MUNICIPAL: TAXAS COM DESCONTO:**-----

-----Presente a seguinte Proposta subscrita pelo Senhor Vice-Presidente:
“Tendo em conta o agravamento da situação económico-financeira das famílias, nomeadamente nos custos na área da educação, em particular no ensino superior, e tendo em conta que os estudantes nesta área e até no secundário começam a recorrer com mais incidência aos serviços de reprografia na biblioteca, proponho que o valor das fotocópias a preto e branco e a cores baixe cerca de 85% a 90%.-----

<u>Taxa Base</u>	<u>85% / 90% Desconto</u>
-----P/B – A41€-----	P/B – A40,10€-----
----- P/B - A3 1,10€-----	P/B - A3 0,11€-----
----- Cor - A4 1,05€ -----	Cor - A4 0,20€-----
----- Cor - A3 1,15€ -----	Cor - A3 0,22€”-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta subscrita pelo Sr. Vice-Presidente para aplicação de descontos de 85 e 90% dos valores da taxa, tendo em conta tratar-se de serviço de apoio ao exterior.-

-----**(10) – DUOASU: ALTERAÇÃO AO PDM - ALTERAÇÃO À PLANTA DE ORDENAMENTO PARREIRA / SALVADOR:**-----

-----Acompanhado do Parecer Técnico da COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESNVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, relativamente ao processo supra referenciado foi presente a seguinte Informação Técnica n.º 39/MF de 14.02.2013: “A Câmara Municipal de Chamusca deliberou iniciar o processo de alteração ao PDM de Chamusca em duas áreas do aglomerado urbano de Parreira/ Salvador, em reunião de Câmara Municipal de 01/04/2011. Após o envio da proposta para a CCDR-LVT para acompanhamento e parecer, esta entidade emitiu o seu parecer em

19/09/2011 o qual exigia a ponderação sobre a apreciação efetuada, havendo por isso necessidade de rever a proposta em conformidade. Em 29/08/2012, o município de Chamusca recebeu a visita do Sr.º presidente da CCDR- LVT e de outros técnicos dessa entidade, aos locais abrangidos por esta alteração, tendo a CMC enviado a proposta depois de reformulada em 15/10/2012. Na presente data, a CMC recebe a pronuncia da CCDR-LVT sobre os elementos enviados, sobre a qual devo informar que:-----

-----a) Relativamente à **compatibilidade com o PROT-OVT**: - Quanto ao facto do demonstrar a compatibilidade no que se refere ao “Espaço 1 com a Carta de Risco - Perigo de incêndio elevado”, considera-se aceitável a justificação desde que seja esclarecido onde e como são feitas as faixas de gestão de combustível; - quanto à ERPVA, a CM referia que apenas o Espaço 2 se encontra próximo de um corredor ecológico complementar (Rib.ª do Chouto), o que deverá clarificar atendendo ao enquadramento do Espaço 1; - a DRAPLVT pronunciar-se-á em sede de conferência de serviços, caso esta proposta de alteração ao PDM venha a ter seguimento, uma vez que estão em causa Espaços Agrícola - solos integrados na Reserva Agrícola Nacional (RAN).-----

-----b) Relativamente à **conformidade com o DL n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro e Decreto Regulamentar n.º 11/2009 de 29 de Maio**: - Esta alteração enquadra-se na alínea a) do artigo 93º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT - DL n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro); - Relativamente à **conformidade com o DL n.º 73/2007 de 31 de março (RAN)**; - O "Espaço 2", onde se pretende localizar o loteamento industrial, incide sobre solos integrados nesta restrição de utilidade pública. Tal como já mencionado anteriormente, pelo RJRAN os loteamentos são ações interditas,

pelo que se sugere que, antes de remeter esta proposta a conferência de serviços, a CMC diligencie junto da DRAPLVT no intuito de esclarecer sobre a eventualidade de vir a excluir-se estes solos da Reserva.-----

-----c) Relativamente à **conformidade com o DL n.º 166/2008 de 22 de agosto (REN)**: - Das áreas sujeitas a alteração do PDM apenas o Espaço 2 abrange solos integrados na delimitação da REN, em áreas de máxima infiltração (áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos) e zonas inundáveis; - Considera que a CM deverá complementar a memória descritiva com a informação constante no relatório de fundamentação da proposta de alteração do PDM, nomeadamente com os dados agora remetidos, de modo a esclarecer/demonstrar a inexistência de alternativas de localização em solos não integrados na REN; - A memória descritiva deve ainda ser complementada em termos da avaliação da afetação das funções ecológicas das categorias da REN implícitas nesta exclusão de solos, bem como medidas minimizadoras da afetação das funções; - Apesar de atualmente a CM vir esclarecer que esta área, está localizada num socalco alguns metros acima da baixa da Rib^a. do Chouto, e que pelo parecer emitido pela ex- ARHT, esta área não é inundável, a CM deveria avaliar os efeitos da implementação do loteamento industrial, nomeadamente no que se refere a áreas impermeabilizadas, águas residuais, pluviais e implementação de eventuais obstáculos à livre passagem das águas nos terrenos contíguos, tendo em conta que a Zona Ameaçada pelas Cheias localiza- se ao longo da Rib^a., não descurando ainda eventuais repercussões sobre as áreas estratégicas de proteção e de recarga de aquíferos.-----

-----d) Relativamente à **conformidade com o DL n.º 55/2007 de 12 de março (áreas percorridas por incêndio)**: Não se afiguram estarem em causa áreas percorridas por incêndios, no entanto sugere-se que a CMC esclareça

nesse sentido.-----

-----**e)** Relativamente à **conformidade com o DL n.º 155/2004 de 30 de junho (medidas de proteção do sobreiro e da azinheira)**: Face à carta de condicionantes do PDM em vigor, não se observa estar abrangidas áreas de montado de sobreiro.-----

-----**f)** Relativamente à **conformidade com o Regulamento Geral do Ruído**: - A CMC justificou que “a classificação zonal das áreas de Intervenção será objeto de delimitação em sede de revisão do PDM. A área 2 tratando-se de uma zona Industrial, está abrangida pelo nº 3 do artigo 7º do Regulamento Geral do Ruído e, consequentemente, dispensadas da obrigatoriedade imposta pelo nº 2 do seu artigo 6º.”; - Apesar da justificação dada pela CMC, deve ser demonstrado a conformidade com o Regime Geral do Ruído para toda a área sujeita a alteração.-----

-----**h) Carta de Ordenamento e Regulamento do Plano**: - Na proposta enviada não é feita qualquer alusão a uma eventual alteração ao regulamento, no âmbito do presente procedimento, pelo que não é perceptível se foram equacionadas as implicações desta alteração a nível dos projetos subjacentes. Considera-se que seria oportuno a CM refletir sobre o enquadramento das ações futuras, no sentido de esclarecer uma eventual alteração a nível regulamentar; - Quanto à carta de ordenamento e carta do perímetro urbano de Parreira e Salvador, sugere-se que as respetivas alterações cartográficas sigam a metodologia contante nas cartas respetivas (seja na esc. 1/25000 seja na esc. 1/5000) quanto à identificação das áreas afetadas à alteração.-----

-----**i)** Relativamente à **conformidade com o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica**: - A CMC havia anteriormente apresentado

fundamentação e conclusão no sentido da não sujeição à AAE, desta proposta de alteração ao PDM. Foi comunicado à CMC, na análise anterior que não parecia estar fundamentado esta conclusão nomeadamente na área que incide o Espaço 2 (loteamento industrial); - A CMC manteve esta opinião e a CCDDR-LVT reforça o parecer que estamos perante uma reclassificação de solo rural em urbano, em áreas inseridas na REN, RAN e em Domínio Hídrico (apesar do parecer da ex- ARHT no sentido de que a área destinada do Espaço 2, não se apresenta em área inundável).-----

-----**j) Fundamento técnico das soluções defendidas pela Câmara Municipal:** Considera-se aceitável no entanto, na área do Espaço 2, junto da Rib^a de Chouto, e apesar da CM referir que nestas áreas não se desenvolve atividade agrícola, estes solos estão classificados como RAN, pelo que tal como já referido anteriormente considera-se ser de complementar com parecer da DRAPLVT. -----

-----Por fim, no referido parecer são apresentadas as entidades a serem convocadas para Conferência de Serviços referindo também que “considera-se passível de vir a ser instruído os processos de alteração ao PDM e de alteração à delimitação da REN, para realização das respetivas conferências de serviços, desde que a CMC acautele/clarifique todas as questões identificadas neste parecer, salientando-se a que se refere ao PROTOVT.-----

-----Face ao exposto torna-se necessário clarificar as questões apresentadas, através da reformulação da proposta, de forma a prosseguir com os trabalhos.-“-----

-----A Câmara apreciou e deliberou unanimidade, **dar andamento aos procedimentos tendentes a este processo, dado ser imprescindível ao desenvolvimento do Concelho e da Região.**-----

-----**(11) – DUOASU: REABILITAÇÃO URBANA / CONCELHO DA CHAMUSCA:** --

-----Presente a seguinte Informação Técnica n.º40/MF, datada de 18.02.2013:

-----“No âmbito do projeto em epígrafe devo informar que já foram executados os seguintes trabalhos:-----

----- - Após a aprovação das Áreas de Reabilitação Urbana, em sessão ordinária de 27/12/2012, foi publicada a sua aprovação em Diário da República e enviada para o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, em conformidade com a legislação em vigor, sendo precedida da sua disponibilização online, no site do município: <http://www.cm-chamusca.pt/informacoes/noticias/item/251-reabilite-cuide-do-seu-edifício; -->

[-----](http://www.cm-chamusca.pt/informacoes/noticias/item/251-reabilite-cuide-do-seu-edifício; --) - Em 05/01/2013 a Câmara Municipal reuniu com o Chefe do Serviço de Finanças local de forma a dar conhecimento do projeto e da metodologia de trabalho, nomeadamente no que se refere ao pedido de isenção de IMI e de IMT, no âmbito deste projeto. -----

----- - Após esta data, foram efetuadas varias reuniões de trabalho internas com vista à organização do trabalho a desenvolver para as próximas áreas de reabilitação bem como, para preparar o processo de divulgação da sessão de esclarecimento a realizar no dia 02/03/2013 às 10.30 horas. -----

----- - A divulgação da sessão de esclarecimento está a ser feita através de Informas (também dirigidos ao jornal e rádio), através da sua disponibilização no site do município, por convite dirigido às entidades bancárias; às várias empresas ligadas á construção e aos gabinetes projetistas e de consultadoria; à junta de freguesia e á Assembleia Municipal.-----

----- - Em anexo a esta informação junto para aprovação: - Formulário para o requerente solicitar ao município a determinação do nível de conservação, funcional e desempenho bem como, o respetivo documento que o certifica; -

Declaração de acção de reabilitação para efeito de benefícios fiscais; - Documento interno para apoio da equipa de vistorias na determinação da avaliação funcional e de desempenho; - A declaração a emitir pelo município referente ao pedido de aplicação de uma taxa de 6 % em empreitadas de reabilitação (materiais e mão-de-obra); - Documento a apresentar na sessão de divulgação a realizar no dia 02/03/2013; - Folheto de divulgação da acção em formato A4; - Folheto de divulgação do projeto, em formato A5, para divulgar porta a porta, antes do início do trabalho de campo, em cada quarteirão de cada área de reabilitação.-----

-----No âmbito deste projeto solicito ainda que seja definido o valor da taxa a cobrar ao pedido de vistoria inicial (antes do início das obras de reabilitação) e ao pedido de vistoria final, após a sua conclusão.”.-----

-----A Câmara apreciou e tendo em conta a importância do projeto para o concelho, nomeadamente poder propiciar a ocupação de postos de trabalho na área da construção civil e deliberou por unanimidade:-----

-----**UM)** - Manifestar o seu acordo à documentação proposta;-----

-----**DOIS)** - Solicitar aos serviços a apresentação de taxa a cobrar aquando do pedido de vistoria para a Câmara Municipal para analisar posteriormente.-

-----**TRÊS)** - Remeter para a Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia do Concelho.-----

-----**(12) - CONTABILIDADE - REALIZAÇÃO DE DESPESAS:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, da “Posição dos Compromissos” correspondente de 08 a 14 de fevereiro do corrente ano, na importância global de 45.019,18€ (quarenta e cinco mil dezanove euros e dezoito cêntimos).-----

-----**(13) - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE:**-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento dos contatos, reuniões e ações em que participou no período compreendido entre a última e a presente reunião, bem como do agendamento do previsto até à próxima reunião.-----

-----**(14) - INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES:**-----

-----**JOÃO MANUEL LOURENÇO:**-----

-----Deu conhecimento do **agendamento da última semana**, referindo nomeadamente: Dia 14.02: Pelas 10h Fórum Comunitário que decorreu na Biblioteca Municipal, sessão de divulgação dos resultados do estudo diagnóstico efetuado a 100 pessoas tipo (com mais de 65 anos) da freguesia de Chamusca pelo grupo de enfermeiros do curso de Mestrado em Enfermagem Comunitária no âmbito de identificação das necessidades e problemas nas áreas da saúde e social. Dia 16.02: Pelas 15h30, estive na Biblioteca Municipal, exposição de “Tauromaquia em Cartaz”. Dia 18.02: Pelas 15h, CISC, decorreu reunião com responsável da plataforma educação edubox/ Serviços, esclarecimento de dúvidas e preparação de novos serviços que a plataforma possui. **Agendamento futuro**: Dia 20.02: Reunião pelas 9h30 no CISC com grupo de Ajuda Alimentar. Dia 21.02: Pelas 9h30, no Centro de Empresas, reunião alargada CPCJ. Pelas 14h30 em Constância (Palestra NERSANT/Seg. Social – “A sustentabilidade das Instituições Sociais sem fins lucrativos”. Dia 22.02: Reunião Entroncamento / Câmara Municipal /Ação Social /Agrupamento Escolas etnias / análise de possível cooperação. -----

-----**PAULO JORGE QUEIMADO:**-----

-----Ações em que participou: Dia 16.02: Pelas 15h30, estive na Biblioteca Municipal, exposição de “Tauromaquia em Cartaz”.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada esta reunião eram dezoito horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de ser considerada aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim *Cristina Queimado* servindo de Secretário, que redigi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

O Presidente da Câmara

Sérgio Morais da Conceição Carrinho

O Técnico Superior,

Cristina Isabel Pires Queimado